



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Licenciatura

(Ano Letivo: 2022/2023)

Unidade curricular

JUSTIÇA CONSTITUCIONAL - TAN

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

RAQUEL Alexandra de Jesus Gil Martins **BRÍZIDA CASTRO**

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

A designar

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Dotar os alunos das competências científicas e instrumentos teóricos e práticos de Justiça Constitucional que lhes permita lidar com questões jurídico-constitucionais relevantes, nas suas várias abordagens e contextos possíveis.

Conteúdos programáticos

Capítulo I

A Inconstitucionalidade dos Atos Jurídico-Públicos na ordem jurídico-constitucional vigente

1. Relações de desvalor e parâmetros do controlo
2. O objeto do controlo
3. Os tipos de Inconstitucionalidade
4. O valor negativo do ato normativo inconstitucional

Capítulo II

O Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade na ordem jurídico-constitucional vigente: Pressupostos

3. A repartição constitucional de competências normativas e o modelo concreto de Separação de Poderes
4. O sistema de atos normativos
5. O conceito funcional de Norma
5. Normatividade Digital e (des) ordem normativa da Internet

Capítulo III

Os Processos de Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade na ordem jurídico-constitucional vigente



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

5. A Fiscalização Preventiva da Constitucionalidade
6. A Fiscalização Abstrata Sucessiva da Constitucionalidade
7. Balanço e Perspetivas

Capítulo IV

O Processo de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade na ordem jurídico-constitucional vigente

7. A fiscalização difusa da constitucionalidade
8. Os recursos de constitucionalidade para o Tribunal Constitucional
9. Balanço e Perspetivas

Capítulo V

A Fiscalização da Inconstitucionalidade por Omissão na ordem jurídico-constitucional vigente

10. A Fiscalização Abstrata da Inconstitucionalidade por Omissão
11. A Fiscalização Concreta de Omissões lesivas de direitos fundamentais

Capítulo VI

Justiça Constitucional de Emergência

12. Modelos teóricos de poderes de emergência
13. O modelo português de emergência: a Constituição dos direitos e dos poderes de emergência
14. O controlo de constitucionalidade em períodos de emergência
15. A jurisprudência constitucional da Pandemia
16. A jurisprudência administrativa da Pandemia

Capítulo VII

Justiça Constitucional do Ciberespaço

17. Os impactos do primado do Direito da União Europeia e da europeização do Direito Constitucional do Ciberespaço na Justiça Constitucional portuguesa
18. O Constitucionalismo Multinível, o Direito Constitucional Europeu e as pretensas transformações dos Tribunais Constitucionais da UE
19. O novo paradigma jurídico-público da Regulação do Ciberespaço: algoritmos, normas técnicas privadas e os novos reguladores privados intermediários

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos desta Unidade Curricular estão em consonância com os seus objetivos pedagógicos, privilegiando uma abordagem teórico-prática da Justiça Constitucional.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Nesta Unidade Curricular serão utilizadas as seguintes metodologias de ensino e aprendizagem:



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. Aulas teóricas: exposição teórico-problemática dos conteúdos programáticos, suscetíveis de estimular o espírito crítico dos discentes.
2. Aulas práticas [discussão e resolução de casos práticos, análise de Acórdãos];

A avaliação contínua processar-se-á da seguinte forma:

- Participação nas aulas, Apresentação Oral e Discussão na Aula de Jurisprudência pelos alunos – (50 por cento);
- Elaboração de um Trabalho Escrito ou, em alternativa, realização de um Teste Final escrito no final do Semestre, com o formato de caso prático (50 por cento)

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino delineadas estão em coerência com os objetivos de aprendizagem, atenta a relevância da dupla natureza teórico-prática das respetivas aulas, inclusive a discussão de artigos científicos, a análise de jurisprudência e a resolução de casos práticos.

Bibliografia principal

1. O Sistema Português de fiscalização da constitucionalidade

BLANCO DE MORAIS, Carlos

- (2011) *Justiça Constitucional, Tomo II*, Coimbra Editora: Coimbra;

BRÍZIDA CASTRO, Raquel Alexandra

- (2015) *“Normas implícitas e Normas Constitucionalmente Devidas “ad casum” e a Pretensa Quadratura do Círculo Processual Constitucional: Recapitulação, Desmistificação e Tentativa de Reconstrução”*, in *Estudos em Homenagem a Rui Machete*, 2015, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 851-881;
- (2012) *As Omissões Normativas Inconstitucionais no Direito Constitucional Português*, Almedina. Coimbra;
- (2012) *“Por uma Fiscalização Concreta e Difusa das Omissões Legislativas Inconstitucionais que violam Direitos, Liberdades e Garantias”*, in *Obra Colectiva de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, Volume III, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 471-512.

2. Justiça Constitucional de Emergência

BRÍZIDA CASTRO, Raquel

- (2022) *Justiça Constitucional em Tempos de Emergência*, Almedina: Coimbra;
- (2021) *“Eleições em Estado de Exceção?”*, in Observatório Almedina, 22 jan 2021: <https://observatorio.almedina.net/index.php/2021/01/22/eleicoes-em-estado-de-excecao/?fbclid=IwAR3APuRAuZ4h7-7liToC8okcVzTAyHVvCuJPY3TLqtriuceqjagNsEkJiY>
- (2020) *“Direito Constitucional em tempos de pandemia: Pode a Constituição sobreviver a crises sanitárias?” “Constitutional Law in times of pandemic: Can the Constitution survive health crises?”* in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, número 1 de 2020 (ano



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

LXI), Número Temático: Covid-19 e o Direito; issn 0870-3116; pp. 645-679:
https://drive.google.com/file/d/1hYglOv6WWR7FwmCICDBQYB4_PV9f0-1/view

- (2020) "*Perigos da Comunicação: o Direito como instrumento regulador em período de exceção constitucional e em período de normalidade constitucional*", palestra proferida em conferência virtual da AAFDL - Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa:
https://www.youtube.com/watch?v=UbCv0_3BS1E&feature=share&fbclid=IwAR1W0C_t-v4Fo89TdRyqdCdrUeBnBKjmH2226q-FdBhTl6qy2D7VGaP1gpM

3. Justiça Constitucional do Ciberespaço

BRÍZIDA CASTRO, Raquel Alexandra

- (2021) "*O pecado mortal da Carta de Direitos Digitais*", 29 Maio de 2021, in CM Jornal:
<https://www.cmjornal.pt/opiniao/colunistas/detalhe/20210529-0135-o-pecado-mortal-da-carta-de-direitos-digitais>
- (2020) "*Proteção de dados e comércio jurídico: CNPD em Vénus, STA em Marte*", in *Liber Amicorum Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos*, Revista de Direito Comercial; ISSN 2183-9824; Disponível em: <https://www.revistadedireitocomercial.com/protECAo-de-dados-e-comercio-juridico>;
- (2019) "*Regulação do Ciberespaço: Projeções Constitucionais do novo Paradigma Jurídico-Público Regulatório*", in *Garantia de Direitos e Regulação: Perspectivas de Direito Administrativo*; Coord. Carla Amado Gomes, Rute Saraiva, Ricardo Pedro e Fernanda Maças; ISBN 978-972-629-346-0; pp. 367-412;
- (2018) "*Ways not to read" o RGPD*", in *Cyberlaw By CIJIC*, Edição n.º 6; Setembro/Outubro 2018; ISSN 2183-729; Disponível online: www.cijic.org/publicacao
- (2017) "*Novas Tecnologias, Ciberespaço e Mutações Constitucionais: Da Perda da Inocência Algorítmica à Relevância Jurídico-constitucional dos Factos e Normas Tecnológicas*", in *Sobre os 40 Anos da Constituição*, Organização de Jorge Miranda, ICJP/AAFDL: Lisboa; pp. 114-165;
- (2017) "*Ciberespaço e Constituição*", in *Boletim da Ordem dos Advogados*, Julho de 2017;
http://boletim.oa.pt/oa-02/opiniao_raquel-alexandra-brizida-castro
- (2016) *Constituição Lei e Regulação dos Media*, Almedina: Coimbra;
- (2016c) "*Constituição e Ciberespaço: Argumentos para um "Direito Constitucional do Inimigo"?*", in *Cyberlaw By CIJIC*, Revista do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, n.º 1, disponível online: <http://www.cijic.org/publicacao/~>